TESOURONACIONAL

Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União

RREO em Foco

Maio de 2020

MINISTRO DA ECONOMIA
Paulo Roberto Nunes Guedes

SECRETÁRIO ESPECIAL DA FAZENDA
Waldery Rodrigues Júnior

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL
Mansueto Facundo de Almeida Júnior

SECRETÁRIO-ADJUNTO
Otávio Ladeira de Medeiros

SUBSECRETÁRIA DE CONTABILIDADE PÚBLICA
Gildenora Batista Dantas Milhomem

COORDENADOR-GERAL DE CONTABILIDADE DA UNIÃO
Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

COORDENADOR DE SUPORTE À CONTABILIDADE DA UNIÃO
Luciano Moura Castro do Nascimento

GERENTE
Henrique Guilherme do Amaral Santos

EQUIPE TÉCNICA
Rubem Mateus de Arruda Ziegler
Sandro Alex Bezerra Vieira

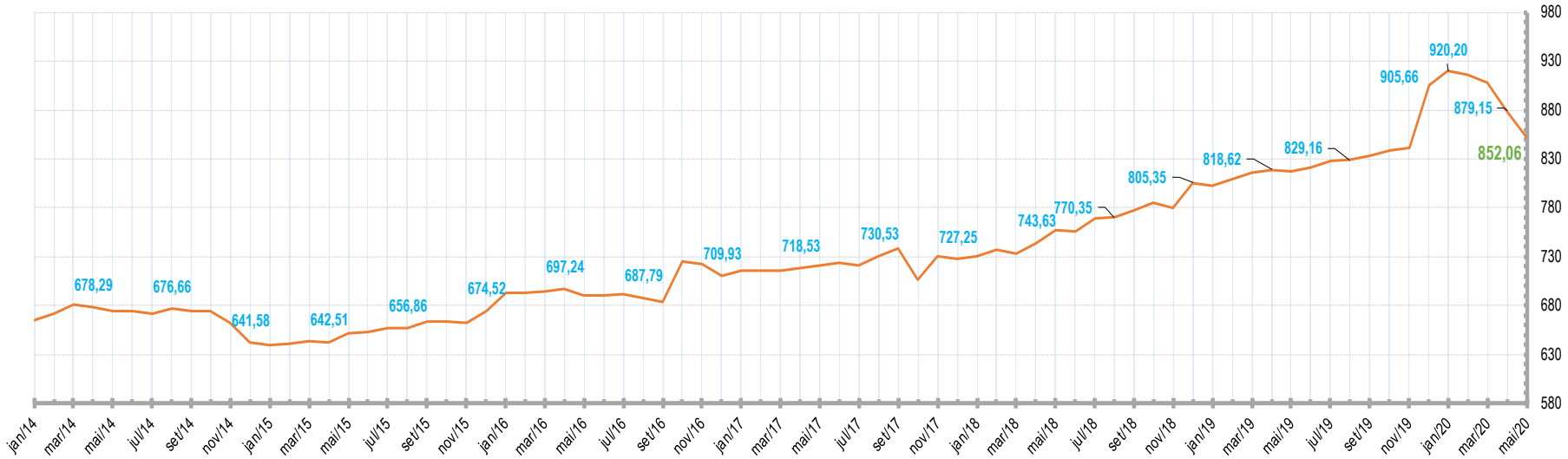
Sumário

Anexo 3 Port. STN 641/2019	Receita Corrente Líquida
Anexo 4 Port. STN 641/2019	Demonstrativos do RGPS e do RPPS
Anexo 7 Port. STN 641/2019	Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)
Anexo 8 Port. STN 641/2019	Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino
Anexo 12 Port. STN 641/2019	Demonstrativo das Despesas com Saúde
Tabela 1	Demonstrativo de Receitas e Despesas da Seguridade Social
Tabela 4	Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo

Anexo 3
Port. STN 641/2019

Receita Corrente Líquida
Receita Corrente Líquida (acumulado últimos 12 meses) (R$ bilhões)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	MAI/2020
Receita Corrente Bruta	**1.135**	**1.220**	**1.243**	**1.283**	**1.361**	**1.408**	**1.536**	**1.691**	**1.608**
Receita Tributária	348	376	400	425	459	465	507	546	528
Receita de Contribuições	590	643	671	688	730	800	844	853	803
Demais Receitas Correntes	197	201	172	170	172	143	184	292	277
Deduções	**518**	**564**	**602**	**608**	**651**	**681**	**730**	**785**	**756**
Transf. Constitucionais e Legais	184	203	218	214	239	240	267	298	293
Contrib. Emp. e Trab. p/ Seg. Social	274	298	319	326	342	361	380	405	384
Outras Deduções	60	63	65	68	70	80	84	83	79
Receita Corrente Líquida (RCL)	**617**	**656**	**642**	**675**	**710**	**727**	**805**	**906**	**852**



RCL

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Deduções

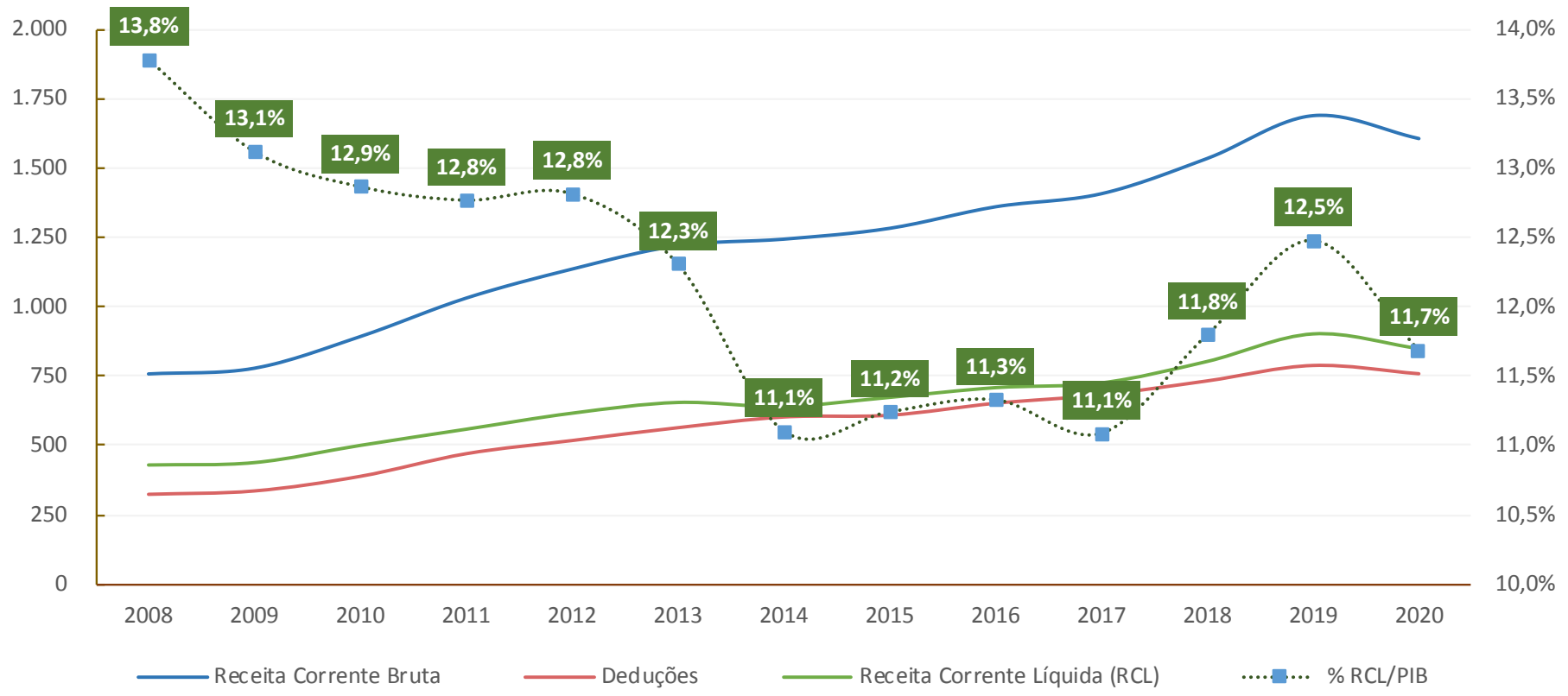
Registra as deduções permitidas para a apuração da Receita Corrente Líquida, que são as Transferências Constitucionais e Legais, a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social, a Contribuição dos Servidores para o RPPS, a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência, a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Maio de 2020, Anexo 3 –Receita Corrente Líquida.

Anexo 3
Port. STN 641/2019

Receita Corrente Líquida em Relação ao PIB
Evolução dos componentes da RCL e relação da RCL sobre o PIB (R$ bilhões)

O gráfico abaixo mostra a evolução da RCL, apontando um crescimento nominal em todo o período dos últimos 12 anos. Entretanto, a partir de 2012, percebe-se uma redução no ritmo desse crescimento. Em relação ao PIB, houve quedas sucessivas da RCL desde 2008, passando de 13,8% para 11,1% em 2017. A partir de 2018, a RCL apresenta recuperação, correspondendo a 11,7% do PIB em maio de 2020.



RCL
A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

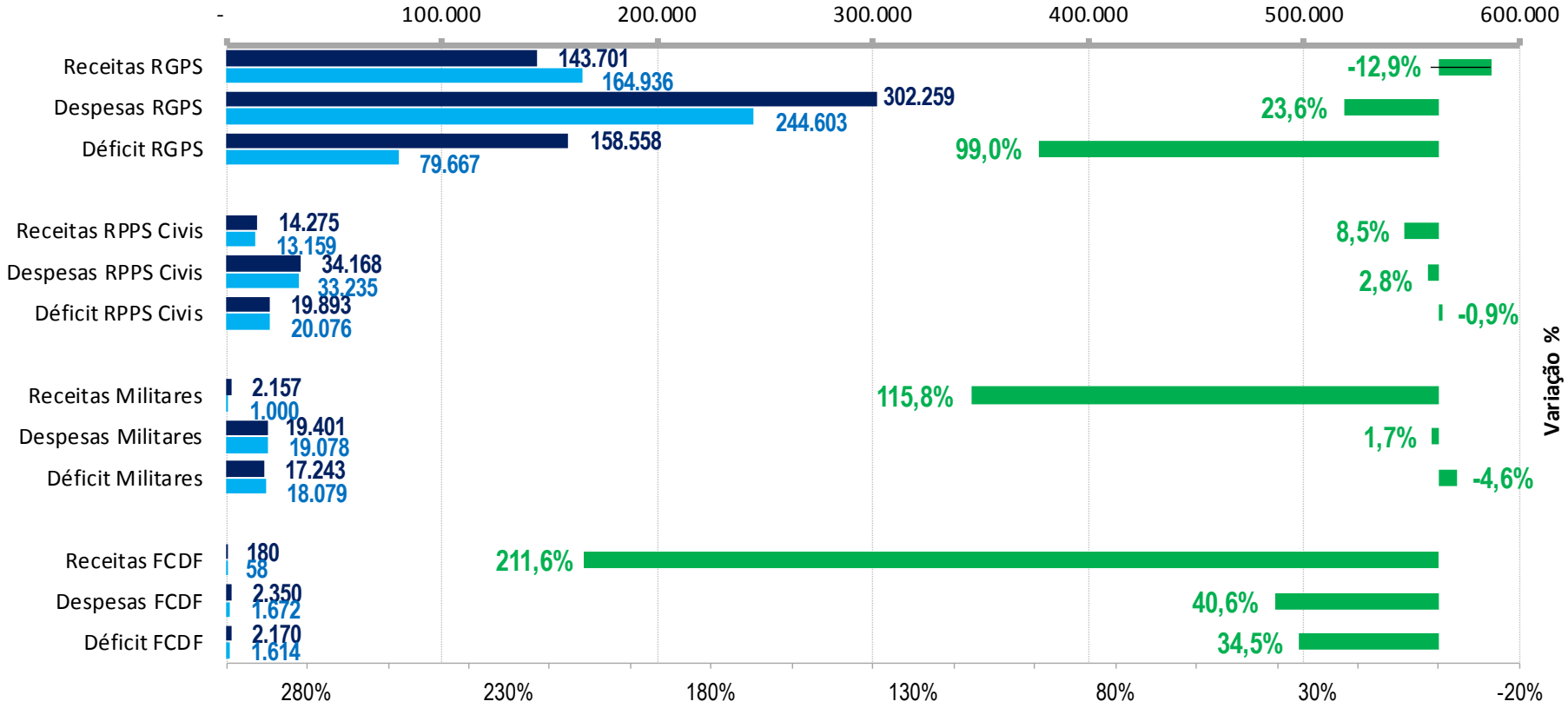
PIB
PIB é a sigla para Produto Interno Bruto, e representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um determinado período.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Maio de 2020, Anexo 3 – Receita Corrente Líquida, IBGE e Ipeadata.

Anexo 4
Port. STN 641/2019

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas
Receitas e Despesas Executadas – até Maio/2020 (R$ milhões)

Os componentes do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. O gráfico abaixo resume os resultados até o mês de referência, do exercício atual e do exercício anterior.



RGPS
As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS
As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES
No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF
A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

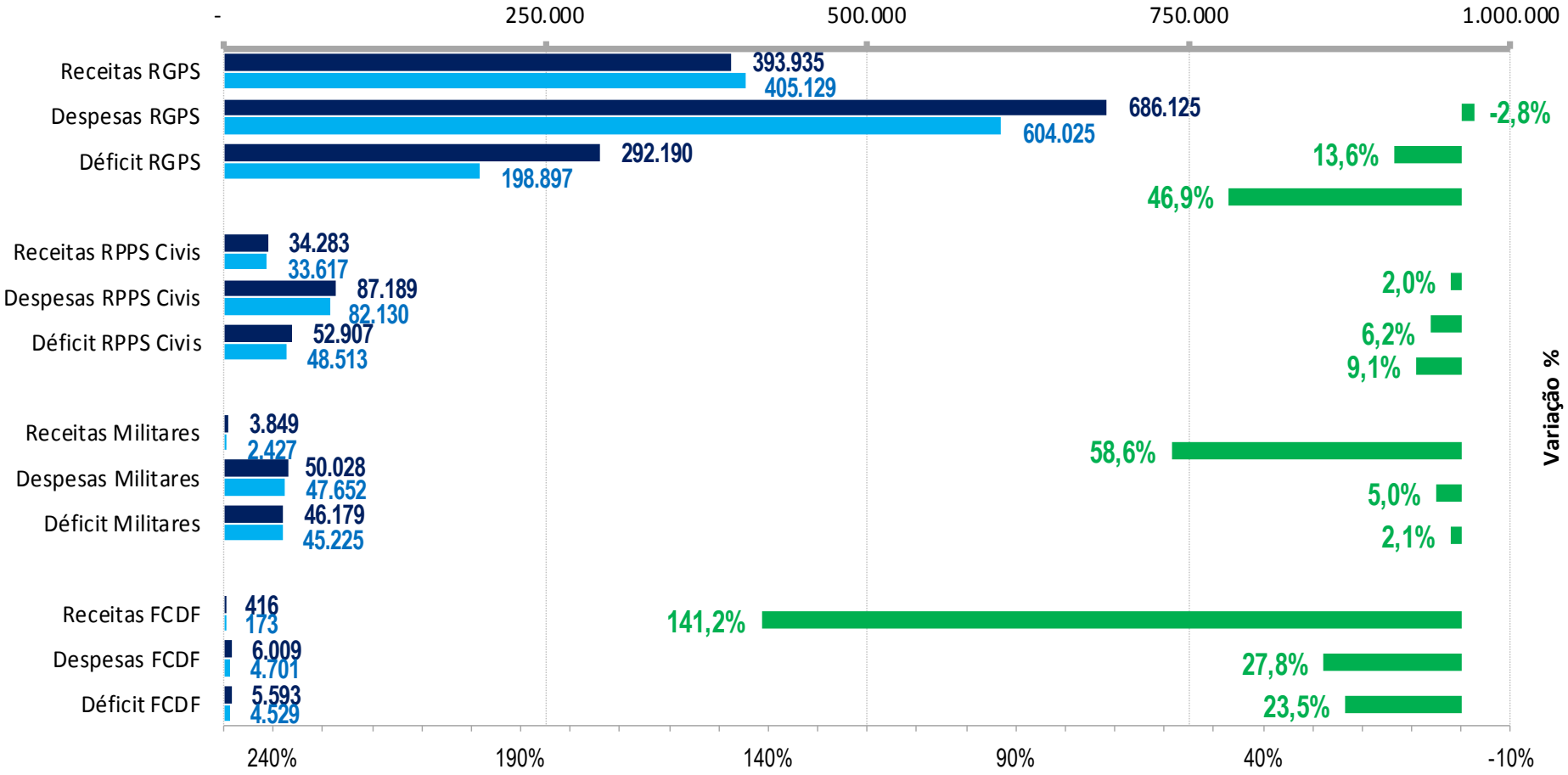
- 2020
- 2019
- % 2020/2019

Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Maio de 2020, Anexo 4 – Previdência.

Anexo 4
Port. STN 641/2019

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas
Receitas e Despesas Executadas - Acumulado últimos 12 meses

O gráfico abaixo resume os resultados do mês de referência somado aos onze meses anteriores, comparando com igual período do exercício anterior.



RGPS
As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS
As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES
No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF
A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

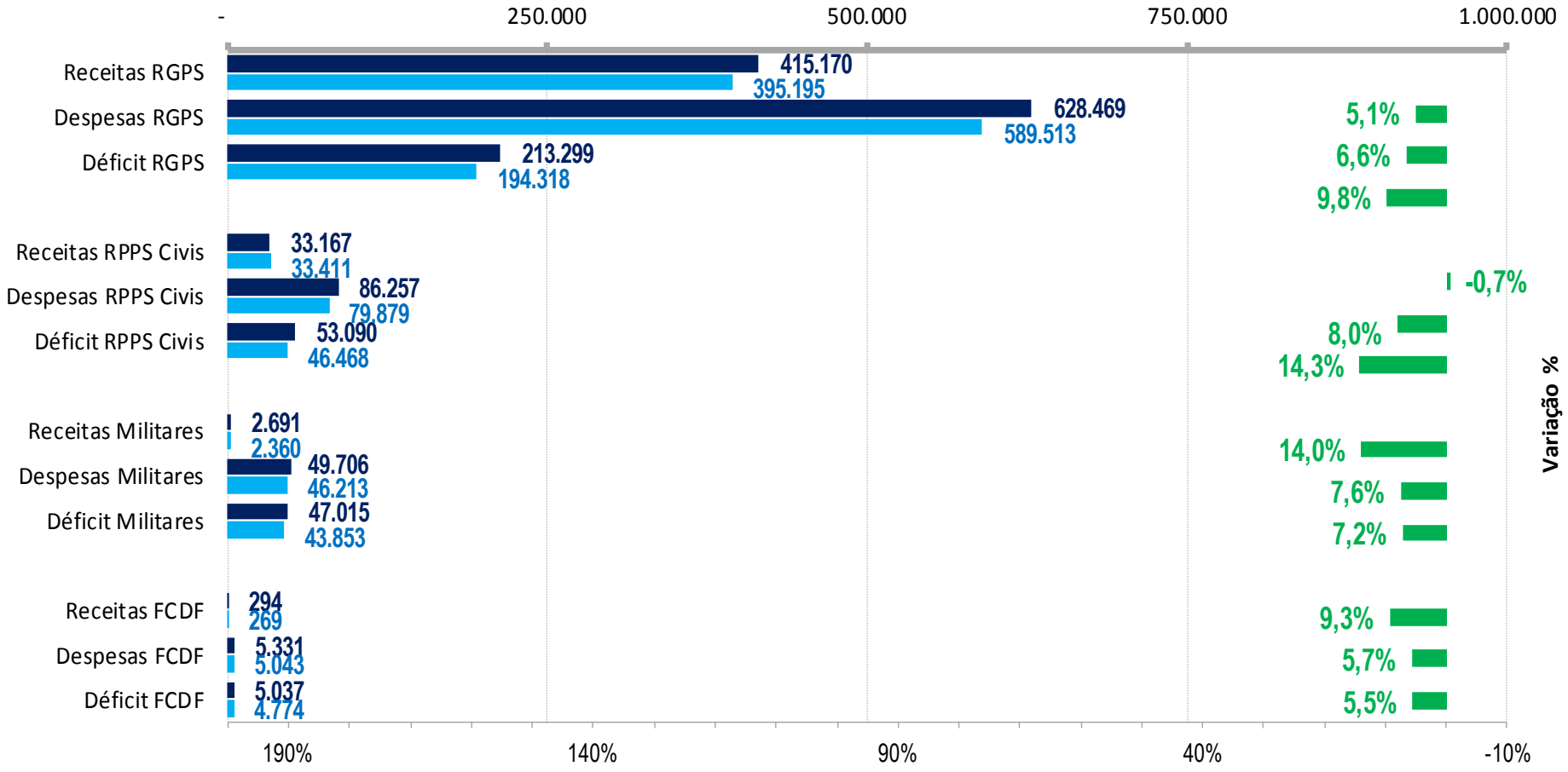
- Jun/2019 a Mai/2020
- Jun/2019 a Mai/2020
- % Comparação

Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Maio de 2020, Anexo 4 – Previdência.

Anexo 4
Port. STN 641/2019

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas
Receitas e Despesas Executadas - 2019 e 2018 (R$ milhões)

O gráfico abaixo compara os dois últimos exercícios anteriores fechados.



RGPS
As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS
As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES
No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF
A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

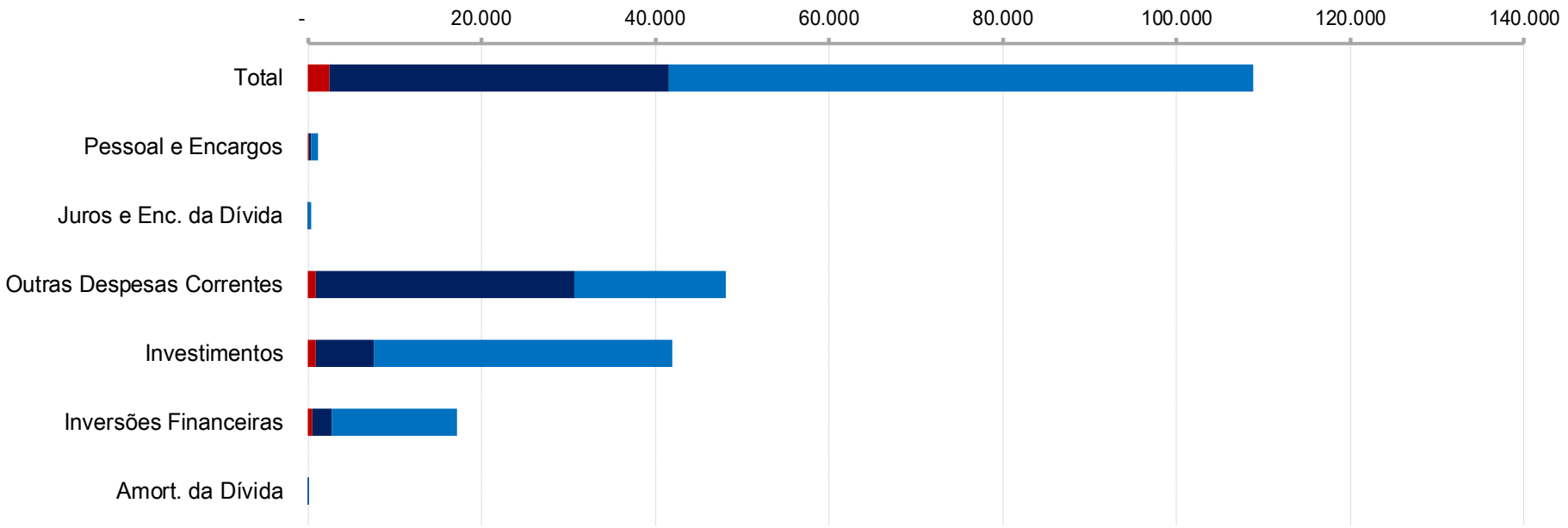
- 2019
- 2018
- % 2019/2018

Fonte: Relatório Resumido da Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, Anexo 4 – Previdência.

Anexo 7
Port. STN 641/2019

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)
Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar não-Processados até Maio/2020 (R$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar não-Processados**, isto é, referentes a empenhos não-pagos e que ainda não haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



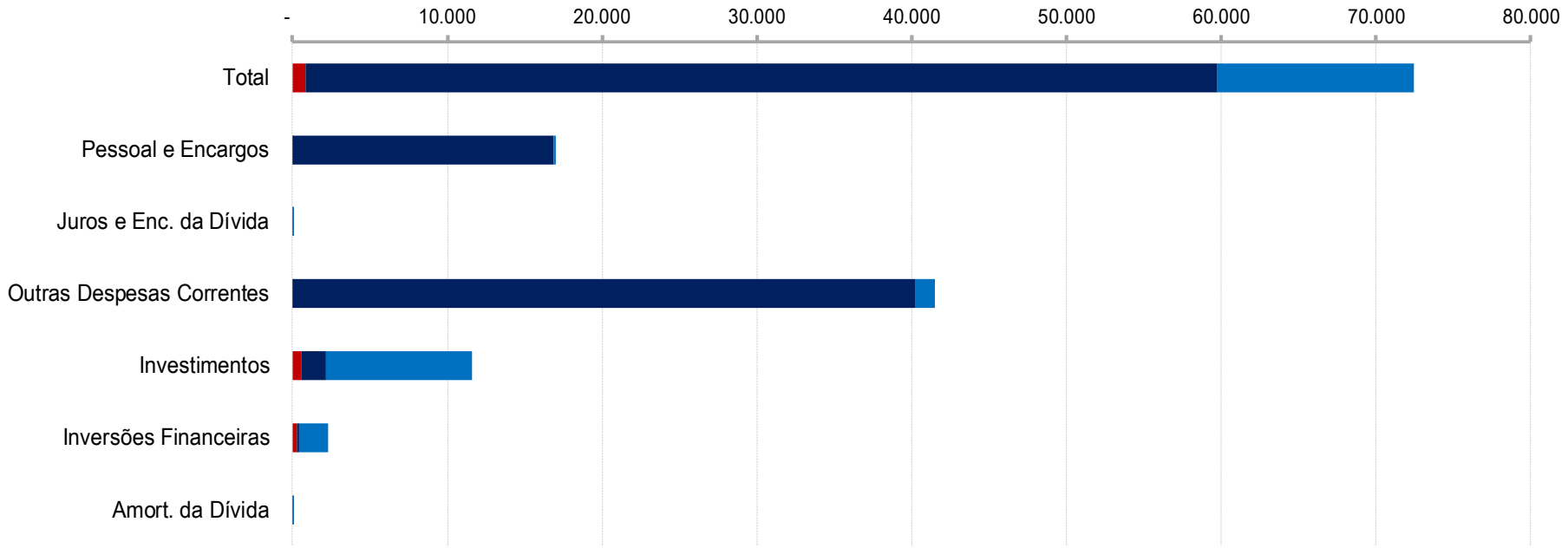
Em R$ milhão	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
Cancelado	114	4	956	926	472	49	2.522
Pagos	301	1	29.759	6.709	2.315	3	39.087
Saldo a Pagar	754	392	17.364	34.257	14.393	53	67.213
Total	1.168	397	48.078	41.893	17.180	105	108.822

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Maio de 2020, Anexo 7.

Anexo 7
Port. STN 641/2019

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)
Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar Processados até Maio/2020 (R$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar Processados**, isto é, referentes a empenhos não-pagos que já haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



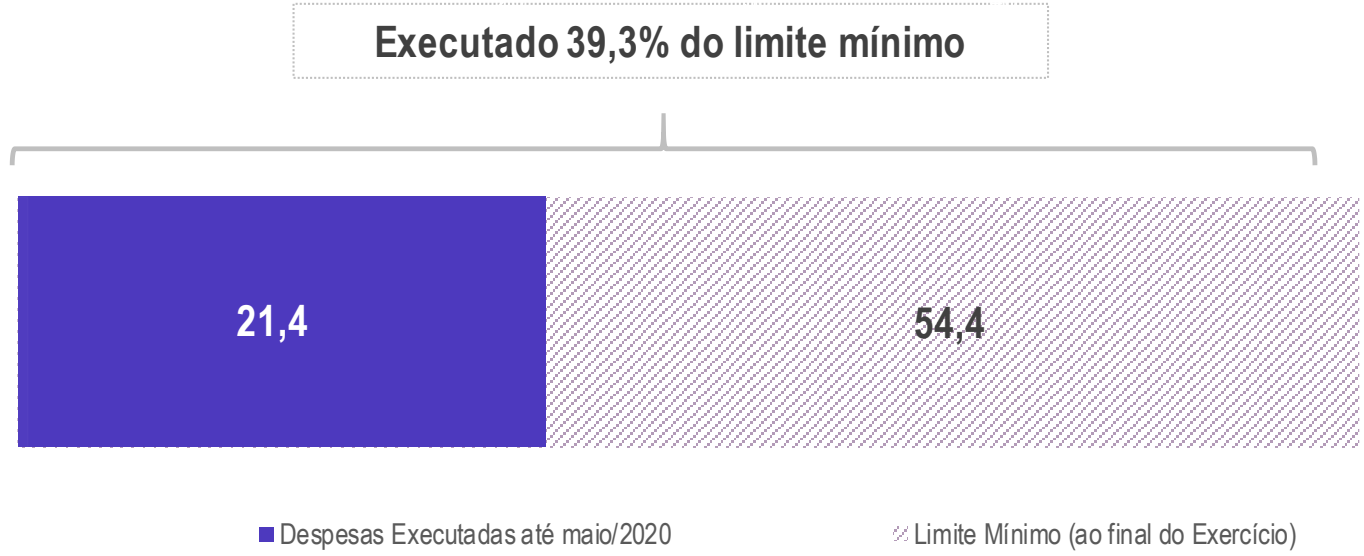
Em R$ milhão	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total
Cancelado	4	-	17	576	276	-	872
Pagos	16.849	0	40.244	1.592	179	4	58.868
Saldo a Pagar	134	1	1.260	9.412	1.874	4	12.685
Total	16.987	1	41.521	11.579	2.329	8	72.425

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Maio de 2020, Anexo 7.

Anexo 8
Port. STN 641/2019

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)
Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Maio/2020 (R$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que, na vigência do Novo Regime Fiscal, a União deve aplicar em despesas com MDE o valor equivalente ao limite mínimo do exercício anterior, corrigido pelo IPCA de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Tal verificação se faz em relação às despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.



Comparação Despesas Executadas (em Maio) X Limite Mínimo (em Dezembro)

Limite de Educação	DEZ/2008	DEZ/2009	DEZ/2010	DEZ/2011	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	MAI/2020
Despesas Executadas com Educação	19,2	24,4	30,9	39,8	56,0	53,9	56,8	55,8	66,7	63,2	64,4	63,0	21,4
Limite Mínimo (em Dezembro)*	18,2	21,0	28,7	37,0	39,4	43,0	44,2	42,7	46,6	49,0	50,5	52,7	54,4
Despesa Excedente ao Mínimo	**0,9**	**3,3**	**2,2**	**2,8**	**16,6**	**10,9**	**12,6**	**13,1**	**20,1**	**14,2**	**14,0**	**10,4**	

Receita Líquida de Impostos (RLI)
Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados
Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

*Na vigência da EC Nº 95 (Novo Regime Fiscal), o limite mínimo com educação, a partir de 2018, será o limite mínimo de 2017 corrigido pelo IPCA. No período de 2008 a 2017, o mínimo corresponde a 18% da RLI do exercício.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Maio de 2020, Anexo 8 – Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Anexo 8
Port. STN 641/2019

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE)
Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Maio/2020

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com MDE até o mês de Maio/2020, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

R$ Bilhões

De Janeiro a Maio	RLI	Limite Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
2020	136,13	54,44	21,41	39,3%
2019	147,17	52,67	22,89	43,5%
2018	137,84	50,45	23,57	46,7%
2017	122,97	48,98	22,55	46,0%
2016	116,24	46,58	23,83	51,2%
2015	116,97	46,54	23,51	50,5%
2014	107,24	44,19	17,70	40,0%
2013	103,43	43,03	14,76	34,3%
2012	98,82	39,39	15,30	38,8%
2011	87,99	36,99	11,47	31,0%
2010	63,80	28,72	8,67	30,2%
2009	41,25	21,02	7,32	34,8%

Receita Líquida de Impostos
Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados
Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

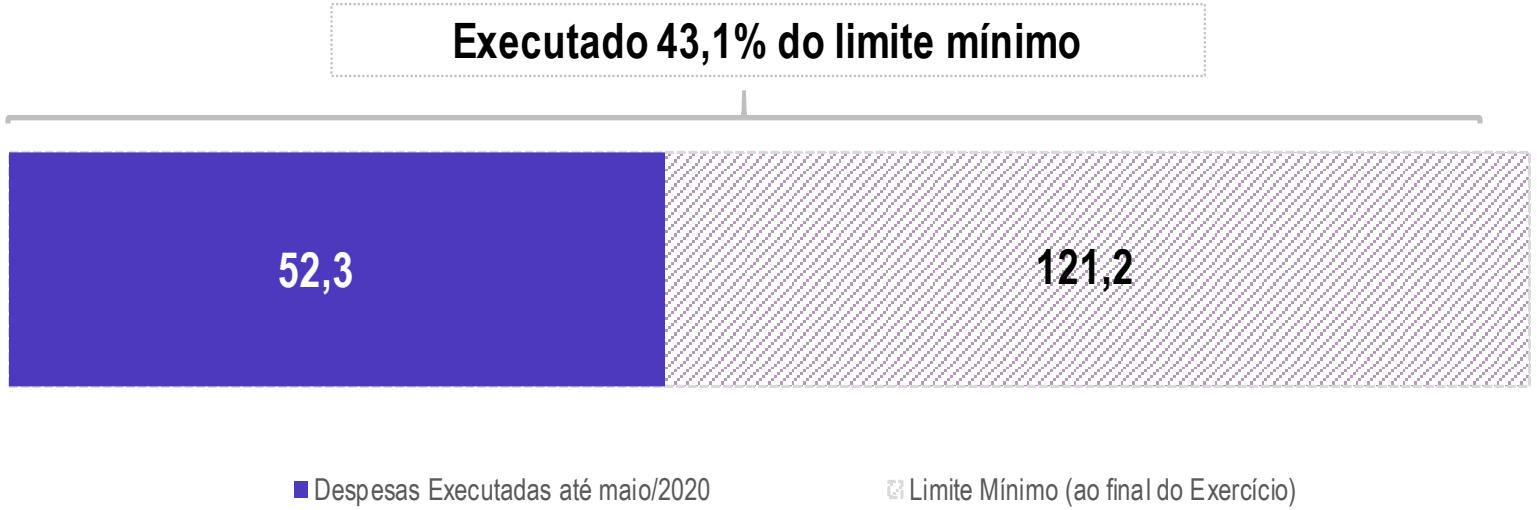
*Na vigência da EC Nº 95 (Novo Regime Fiscal), o limite mínimo com educação, a partir de 2018, será o limite mínimo de 2017 corrigido pelo IPCA. No período de 2008 a 2017, o mínimo corresponde a 18% da RLI do exercício.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Maio de 2020 e anteriores, Anexo 8 –Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

Anexo 12
Port. STN 641/2019

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)
Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Maio/2020 (R$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que, na vigência do Novo Regime Fiscal, a União deve aplicar em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) o valor equivalente ao limite mínimo do exercício anterior, corrigido pelo IPCA de doze meses encerrado em junho do exercício anterior a que se refere a lei orçamentária. Tal verificação se faz em relação às despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.



Comparação Despesas Executadas (em Maio) X Limite Mínimo (em Dezembro)

Limite de Saúde	DEZ/2009	DEZ/2010	DEZ/2011	DEZ/2012	DEZ/2013	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	MAI/2020
Despesas Executadas com Saúde	58,3	62,0	72,4	80,1	83,1	91,9	100,1	106,2	114,7	116,8	122,3	52,3
Limite Mínimo (em Dezembro)	55,0	61,2	72,1	79,5	82,9	91,6	98,3	95,4	109,1	112,4	117,3	121,2
Despesa Excedente ao Mínimo (no ano)	**3,3**	**0,7**	**0,2**	**0,6**	**0,1**	**0,3**	**1,7**	**10,9**	**5,6**	**4,5**	**5,0**	

Cálculo do Mínimo

O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Maio de 2020, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Anexo 12
Port. STN 641/2019

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)
Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Maio/2020

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com ASPS até o mês de Maio/2020, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

R$ Bilhões

De Janeiro a Maio	Limite Mínimo (em dezembro)	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
2020	121,25	52,28	43,1%
2019	117,29	38,35	32,7%
2018	112,36	37,32	33,2%
2017	109,09	39,91	36,6%
2016	95,37	37,63	39,5%
2015	98,31	38,59	39,3%
2014	91,61	35,55	38,8%
2013	82,91	25,86	31,2%
2012	79,51	24,52	30,8%
2011	72,13	23,23	32,2%
2010	61,23	20,52	33,5%
2009	54,96	17,89	32,5%

Cálculo do Mínimo
O cálculo do mínimo é estabelecido pelo art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, observada a Lei Complementar nº 141/2012.

Nota:
Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

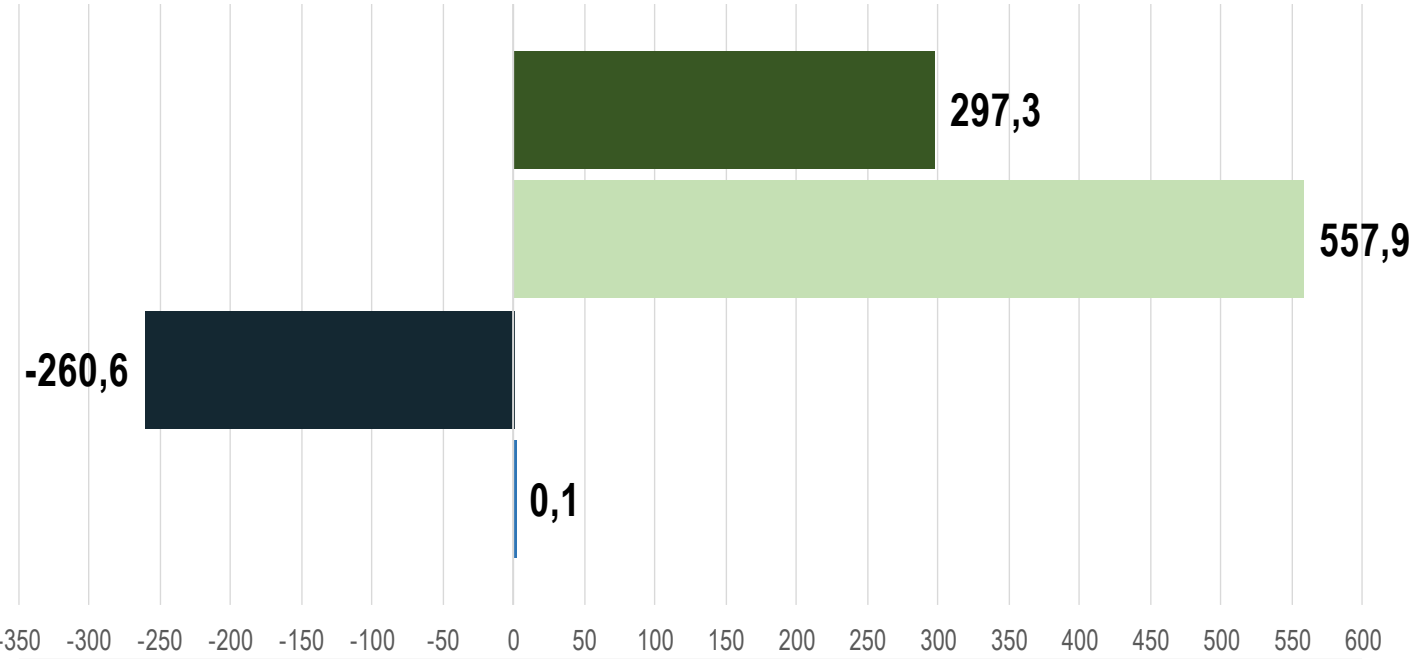
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Maio de 2020 e anteriores, Anexo 12 – Demonstrativo das Despesas com Saúde.

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Liquidadas e Resultado até Maio/2020 (R$ bilhões)

O gráfico abaixo mostra as receitas e despesas da Seguridade Social, assim como o resultado, líquidos das desvinculações de receitas (DRU).



	R$ bilhões
Receitas da Seguridade Social	297
Despesas da Seguridade Social	558
Resultado	-261
DRU	0

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Maio de 2020, Tabela 1-A – Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Liquidadas e Resultado até Maio/2020 (R$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a apuração do Resultado da Seguridade Social até Maio de 2020, comparando com o mesmo período de exercícios anteriores.

Receitas da Seguridade Social	EXERCÍCIO								
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
RGPS	106,79	118,10	130,56	141,13	145,42	149,34	155,00	164,94	143,70
RPPS - Civil	8,81	9,35	10,41	11,36	11,42	12,71	13,11	13,22	14,46
Pensões Militares	0,83	0,88	0,92	1,08	1,14	1,32	0,93	1,00	2,16
Demais (COFINS, CSLL e Outros)	89,69	102,71	108,36	114,63	149,38	104,96	119,55	120,15	136,99
Total das Receitas	**206,12**	**231,04**	**250,25**	**268,20**	**307,35**	**268,33**	**288,59**	**299,30**	**297,30**
Despesas da Seguridade Social									
Despesas do RGPS	127,18	145,92	157,08	169,73	195,67	219,70	230,09	244,60	302,26
Saúde	24,52	25,80	33,55	38,38	37,63	39,91	37,32	38,35	52,28
Assistência Social	21,58	24,84	27,01	29,04	31,52	34,58	36,04	37,89	119,85
RPPS - Civis (inclusive FCDF)	22,72	24,59	24,52	26,56	27,68	31,92	33,00	34,91	36,52
Seguro Desemprego	11,41	12,97	13,78	16,78	14,75	16,23	15,11	15,30	15,59
Demais Despesas	6,78	7,95	8,74	9,88	10,09	12,00	13,58	13,16	13,61
Pensionistas Militares	8,95	9,26	11,94	13,16	6,48	7,33	8,19	8,77	8,82
Abono Salarial	0,32	0,31	0,11	0,55	9,08	7,36	7,74	8,21	8,96
Total das Despesas	**223,45**	**251,63**	**276,73**	**304,09**	**332,89**	**369,03**	**381,06**	**401,18**	**557,88**
Resultado									
Resultado da Seguridade Social	**-17,33**	**-20,59**	**-26,48**	**-35,88**	**-25,54**	**-100,70**	**-92,47**	**-101,88**	**-260,58**
Receitas Desvinculadas (DRU)	21,66	24,28	25,03	26,24	0,00	40,22	46,21	46,03	0,08
Resultado com Receitas Desvinculadas	**4,33**	**3,70**	**-1,45**	**-9,64**	**-25,54**	**-60,48**	**-46,26**	**-55,85**	**-260,50**

Receitas da Seguridade Social

Foram incluídos os aportes do Tesouro para compensar a desoneração de encargos previdenciários da folha de pagamentos das empresas.

Despesas da Seguridade Social

A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.

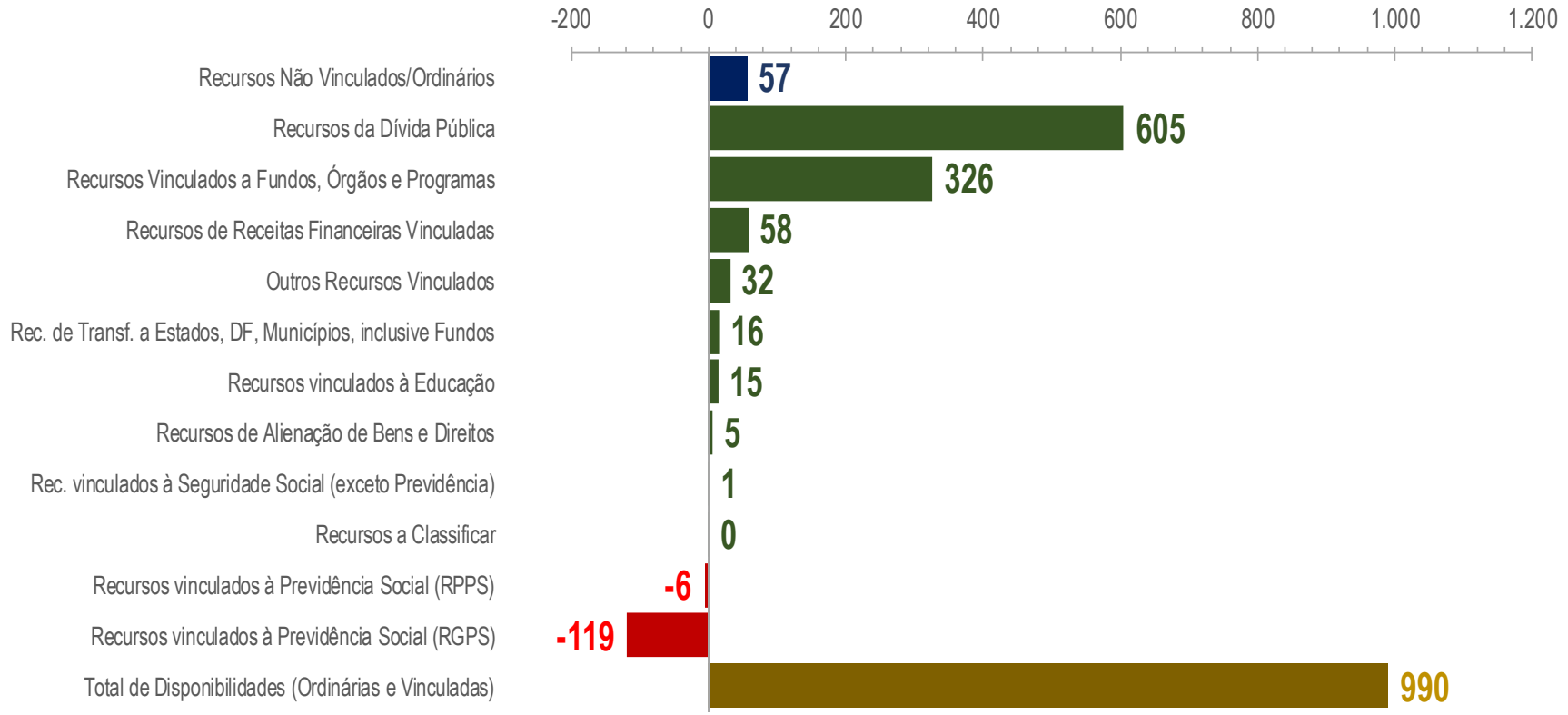
Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Maio de 2020 e anteriores, Tabela 1 –Demonstrativo das Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Disponibilidade de Caixa (Poder Executivo)

Disponibilidade de Caixa Líquida por grupo de destinação de recursos até Maio/2020 (R$ bilhões)

O gráfico abaixo demonstra a disponibilidade de caixa em Maio/2020, por grupo de destinação de recursos, após dedução das obrigações financeiras, para o Poder Executivo.



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Maio de 2020, Tabela 4 – Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo.